



UM NOVO LUGAR SOCIAL A SER OCUPADO: OS INTELLECTUAIS E AS REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NO BRASIL REPUBLICANO

Juliana Aparecida Nunes

Mestranda em História Cultura e Identidades- UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa

juu.a.nunes@gmail.com

RESUMO: Esse artigo busca entender como os negros foram representados ao longo do Período Republicano. Para isso, parte-se da ideia de que esses indivíduos que anteriormente eram escravizados e possuíam um determinado lugar na sociedade, após a abolição da escravidão passaram a preocupar a sociedade em geral, pois agora faziam parte da população e precisavam ser encaixados na nova realidade. Os intelectuais foram essenciais para que se tentasse construir o novo lugar social destinados aos negros, mas que ao mesmo tempo mantivesse os privilégios existentes anteriormente. Ao longo da República, surgiram novos intelectuais com ideias distintas. Nesse texto serão exploradas algumas delas e o impacto causado na sociedade em geral.

Palavras-chave: intelectuais – negros– Brasil Republicano.

ABSTRACT: This article seeks to understand how blacks were represented along the Republican Period. It is based on the idea that these individuals who were previously enslaved and had a determined place in society, after slavery abolition they began to worry the society in general, and now they are part of the population and needed to be dovetail in the new reality. The intellectuals were essential to tried to construct the new social place destined to blacks, but at the same time maintained the privileges existing previously. Along the Republic, new intellectuals arose with different ideas. In this text some of ideas will be explored and the impact caused on society in general.

Keywords: intellectuals – blacks - Republican Brazil.

Introdução:

O fim do Regime escravocrata e o advento da República, trouxeram inúmeras mudanças no que diz respeito a forma de viver da sociedade em geral. Nesse momento surgia a necessidade de que fosse criado um sentimento de nação, ao qual as pessoas se sentissem pertencentes.

No que se refere especificamente aos negros, a situação era bastante complicada, pois esses indivíduos acabavam de serem libertos, deixando a posição de escravizados de lado e agora deveriam ser incluídos como membros da nação. Ainda, havia a preocupação por parte da elite branca pré-estabelecida de manter seus privilégios e legitimar a superioridade em relação aos negros. Para isso, alguns intelectuais acabaram se mobilizando para escrever sobre o novo lugar social do negro liberto.

Se tratando de desigualdades e diferenças, José D'Assunção Barros (2009) classifica as diferenças como oposições binárias, as quais variam de pessoa para pessoa e que não podem ser reversíveis, como as questões de idade. Já as desigualdades fazem parte de uma construção social, podendo ser moldado e reformulada ao longo do processo histórico. Elas ultrapassam a esfera individual e acabam atingindo um grupo específico. A questão da cor encaixa-se como desigualdade, pois não há como definir um padrão efetivo de negros e isso foi criado como uma forma de legitimar a dominação dos brancos europeus quando chegaram a África.

As desigualdades relacionadas a cor de pele passaram por esse processo de desconstrução e reconstrução após o início do Período Republicano. Ao longo desse artigo, serão trabalhadas as novas formas em que os negros foram representados nos diferentes momentos através da perspectiva dos intelectuais que de alguma maneira acabaram ajudando para efetivação do que significava ser negro em determinado momento e o poder de propagação que sua obra teve na sociedade em geral.

Para isso, vale ressaltar que não há uma definição absoluta e definitiva sobre o que é ser intelectual. Ela vai se modificando conforme a época em que está sendo utilizada. Conforme Helenice Rodrigues da Silva (p. 16-17), os modelos de representação intelectual vão se transformando devido as mutações históricas e seu espaço de ação depende da conjuntura histórica em que se encontra.

Portanto, em um primeiro momento serão discutidos alguns tópicos essenciais a história intelectual, posteriormente serão divididos os intelectuais que se referem aos negros na República conforme a época em que se encontram, utilizando as divisões apontadas por Pécaut e os conceitos que abordam.

1. A construção da figura do intelectual

Pode-se dizer que existiam pessoas que se encaixariam no que hoje é considerado com ser uma figura intelectual desde a Grécia Antiga com os filósofos. Porém, esse termo ainda não havia sido empregado nessa época. Muito pelo contrário, trata-se de um conceito moderno que possui variações conforme o contexto em que foi aplicado.

Segundo Helenice Rodrigues da Silva (2002, p. 15), a palavra intelectual foi utilizada pela primeira vez no chamado Caso Dreyfus. Dreyfus era general do exército francês e foi acusado injustamente de espionagem, sendo condenado à prisão perpétua. A suposta prova para esse crime dava-se por meio de uma carta atribuída a ele. Muitos indagam que isso se deve ao fato do mesmo possuir ascendência judaica, ou seja, seria um caso de antissemitismo. Esse fato acabou dividindo a França entre os que eram favoráveis a condenação do general e outros que eram contrários.

Essa injustiça acabou levando muitas pessoas a manifestarem seu repúdio a esse acontecimento. Uma das formas que isso ocorreu foi através de uma carta conhecida como “*J'accuse!*” (ou “Eu acuso” em português), assinada por várias figuras públicas e reconhecidas, sendo liderados por Émile Zola. Jornalistas que se opunham a esse posicionamento passaram a chamá-los assim ironicamente, mas o termo acabou entrando para o senso comum. A partir desse fato é que pode-se pensar no intelectual como conhecemos hoje.

Apesar disso, é praticamente impossível definir um conceito específico que englobe tudo que já foi pensado como intelectual, pois essa palavra é polissêmica, ou seja, a ela pode ser atribuído vários significados distintos (CHARTIER, 2002, p. 23-24). Ainda, ela depende muito do contexto em que essa foi aplicada.

Por contexto, podemos entender tanto a questão cronológica como a questão nacional. No momento inicial em que essa palavra passou a ser utilizada, tratava-se de um momento de lutas e posicionamentos entre as pessoas que assim eram chamadas. Essas além de escreverem para os pares, tomavam posições frente a assuntos que se referiam a sociedade em geral e por essa razão, poderiam ser considerados como intelectuais engajados. Nesse primeiro momento a militância política estava estritamente ligada a figura dos intelectuais.

Com o passar do tempo, os mesmos foram se afastando da militância. Isso deve-se ao fato dos conflitos que rodeavam o mundo anteriormente terem se diluído, o que acabou fazendo com que os intelectuais acabassem voltando-se mais ao seu ambiente, as universidades.

Conforme Leclerc (2004), é praticamente impossível pensar em intelectuais sem pensar na relação que esses possuem com a academia. A partir da Idade Média, o poder de autoridade que era dado a igreja precisava ser concedido a uma nova instituição. Com a secularização, as universidades acabaram ganhando esse lugar de autoridade e legitimadora dos conhecimentos.

Para ser considerado como intelectual, o indivíduo deve ser reconhecido pelos seus pares e fazer partes de grupos que comunguem de opiniões semelhantes a sua. Apesar de muitas vezes algumas figuras acabarem rompendo relações com essas instituições. O surgimento do intelectual está estritamente ligado a essa instituição (Ibidem, 2004, p. 42-43). Além disso, fazem parte de uma geração específica que dialoga com a época e localidade em que vivem.

Levantado esses pontos fica o questionamento: somente quem está no ambiente acadêmico pode ser considerado intelectual? A melhor resposta para isso seria dizer que nem sempre. Aqui é importante levantar dois conceitos de intelectuais distintos e que nos levam a pensar no que esse indivíduo representa.

A primeira seria a ideia de engajamento, já comentada anteriormente nesse artigo, que significa que o intelectual é aquela pessoa que produz o conhecimento e divulga para a sociedade em geral. É envolvido com problemas do cotidiano. Já a segunda noção é a de intelectual como mediador cultural, o que quer dizer que não somente quem escreve diretamente pode ser considerado intelectual, mas também os que fazem a mediação do conhecimento. A ideia de mediação cultural acaba ampliando as pessoas que podem ser consideradas intelectuais, não limitando-se ao mundo acadêmico.

Outro ponto relevante se pensando na questão dos intelectuais é que essa palavra surgiu na França e acabou sendo adaptada para outros lugares do mundo. Pensar nisso nos faz refletir que não existe uma definição que consiga englobar precisamente o que todas as nacionalidades consideram como intelectuais. Tão complexa como o termo acima exposto é a história que se encarrega de estudá-lo- a história intelectual que será abordada na sessão seguinte.

2. A História Intelectual

Pensar em História Intelectual faz com que antes seja necessário entender como essa se consolidou entre os historiadores e tornou-se digna de ser estudada. Segundo Certeau, uma obra de valor em História é

[...] aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso em relação ao estatuto atual dos objetos e dos métodos históricos e, que ligada ao meio ao qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. (1982, p. 71-72).

Esses itens levantados acima por Certeau certamente estão presentes na consolidação da História Intelectual como parte da disciplina de História. Primeiramente, seu contexto de valorização se deu com o esgotamento do que antes fazia parte de uma história econômica e o surgimento da História cultural, que acabou trazendo novas formas e abordagens do objeto histórico. Também deve-se muito ao crescimento do interesse pelos estudos de História recente.

O intelectual passa a se tornar objeto de estudo a partir do momento em que esse deixa de ser sacralizado e passa a ser visto como um ser humano passível de erros. Entender esses sujeitos passou a ser fundamental para entender a sociedade em geral. Data desse momento o grande interesse dos historiadores por entendê-los.

Levando-se em conta que os estudos de História Intelectual são recentes, pode-se constatar que essa tem muito em que se aprimorar. Em primeiro lugar, uma das grandes dificuldades se tratando desse fator é a questão geográfica. Ela teve seus primórdios na França, porém passou a ser adotada em outros países. Cada país ou grupo de historiador acabou desenvolvendo seu próprio vocabulário e é impossível conseguir uni-los em um só (CHARTIER 2002).

Outro ponto que deve ser levantado é a falta de uma metodologia clara e específica a essa área. Trata-se de uma área pluridisciplinar, ou seja, recebe influências de várias outras ciências. Ela acaba dialogando com as ciências sociais e antropologia. Esse diálogo ao mesmo tempo que enriquece os estudos, acaba tornando mais complexo a consolidação da metodologia. Apesar disso, vale ressaltar que essa cresceu muito nas últimas décadas e apesar de não ter delimitado nem metodologia particular nem conceitos obrigatórios, ela indica duas dimensões

O que permite pensar uma produção intelectual ou artística na especificidade da história de seu gênero ou de sua disciplina, e também em sua relação com as outras produções culturais que lhe são contemporâneas e em suas relações com diferentes

referentes situados em outros campos da totalidade social (socioeconômica ou política). Ler um texto ou decifrar um sistema de pensamento consiste, pois, em manter juntas essas diferentes questões que constituem, em sua articulação, o que se pode considerar como objeto mesmo da história intelectual (CHARTIER, 2002, p. 57).

Portanto, escrever História dos intelectuais vai além de limitar-se a escrever a biografia de vida de cada um deles. Ela abarca as suas redes de sociabilidades estabelecidas durante sua vida, os diferentes posicionamentos colocados por esses, as instituições que estes frequentaram, as pessoas ou fatores que influenciaram em sua produção. Ela não limita-se a entender o autor por si mesmo, mas sim entender a influência que determinadas ideias presentes nele circulavam na sociedade.

3. Os intelectuais brasileiros e suas abordagens específica aos negros no contexto nacional

Como já refletido anteriormente, o sentido que ganha a palavra intelectual depende do contexto histórico em que esse indivíduo encontra-se inserido, bem como ao território nacional em que esse ocupa. Pensando nas especificidades dos intelectuais brasileiros após a proclamação da República, é importante ressaltar alguns pontos.

Em primeiro lugar, é importante enfatizar que para que o regime republicano se efetivasse definitivamente, era necessário que a população de forma geral sentisse pertencente a ele. Para isso, era necessário que se criassem estratégias para efetivar a nova forma de viver. Nesse momento, a figura do intelectual ganha um espaço maior para pensar o Brasil como país e os elementos que formam a população brasileira.

Pensando nos diferentes momentos históricos, Pécaut (1990) em seu livro intitulado “Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação”, divide os intelectuais em duas gerações diferentes. A primeira corresponde aos anos de 1920 e 1940 e esses preocupavam-se principalmente com problemas relacionados à identidade nacional e das instituições políticas. Para eles, “forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar sua unidade” (Ibidem, 1990, p.15) e apesar de discordarem em muitos aspectos, concordavam que essa construção deveria partir da elite para a população em geral. Eles próprios buscavam através de suas obras uma forma de garantirem seu lugar na elite.

A segunda geração data a partir dos anos de 1950 até 1964- quando é instaurado o regime Militar. Essa geração já não preocupava-se em garantir seu status como elite escrevendo por esse viés. Muito pelo contrário, esses partiam seus estudos da grande massa da população e voltavam-se a eles. Havia o sentimento de que eles deveriam conscientizar a população em geral do seu poder de revolução e serem interpretes do povo. Pécaut (1990) ainda cita que pode ser considerada uma outra geração de 1945 a 1954, após o fim do estado novo, mas que não aborda ela especificamente por considerar que, diferente das outras duas, essa trouxe menores contribuições.

Ainda é importante levar em conta produções posteriores a esse período e sua difícil propagação na sociedade em geral. Para isso, podemos considerar o chamado apagamento intelectual após os anos de 1980. Segundo Helenice Rodrigues da Silva (2005, p. 397), os intelectuais deixaram de ocupar um lugar primordial na sociedade. Esses passaram a limitar-se somente ao ambiente acadêmico, deixando de lado o engajamento com a população em geral, passando de intelectuais engajados para intelectuais experts. Essa falta de contato faz com que de certa forma perca-se a grande legitimidade com que os escritos do mundo acadêmico sejam transpostos à sociedade.

Pensando nas divisões citadas acima e na necessidade da legitimação do lugar social do negro no Brasil, serão trabalhados alguns nomes específicos a cada período, o impacto de suas obras e a contribuição que esses deixaram pra estudos posteriores. Diferentemente de Pécaut (1990), aqui será tratado os antecedentes à primeira geração, desde os primórdios da República, por considerar que estudos em relação aos negros antecederam os anos de 1920 contribuíram para demais estudos dessa época e a forma como os negros eram representados. Nesses antecedentes à primeira geração, trabalharemos especificamente com Euclides da Cunha. Se tratando da primeira geração, será dado enfoque na figura de Gilberto Freyre. Já como segunda geração será dada uma relevância maior aos estudos de Florestan Fernandes.

Serão levantados ainda alguns estudos próprios do campo da História que foram inspirados por Sidney Chalhoub na década de 1990 e que trazem uma nova perspectiva, além de uma reflexão sobre o distanciamento da produção dessas obras e sua divulgação para a população e a falta de contato dos intelectuais e os mesmo.

3.1. Os antecedentes à primeira geração: Euclides da Cunha

Apesar da proposta ser pensar os intelectuais brasileiros a partir da divisão feita por Pécaut (1990) que data a primeira geração a partir dos anos de 1920 e 1930, se tratando da forma como os negros foram representados na sociedade, cabe aqui elencar os intelectuais que se debruçaram a discutir esse assunto anteriormente, pois suas contribuições se deram em um momento em que era necessário pensar a sociedade brasileira.

O contexto da produção das obras desses autores se deu no início da República. O Brasil deixava de ser uma monarquia e a escravidão havia sido abolida, ou seja, era necessário que o país fosse repensado, já que houve uma ruptura brusca com o modelo anterior de Brasil. Era necessário que fosse construída uma identidade nacional e que as pessoas se sentissem pertencentes a ela.

A tarefa de criar uma identidade nacional não era nada fácil, pois elementos que antes eram simplesmente deixados de lado, agora faziam parte da nação. Os negros e indígenas precisavam ser encaixados na narrativa nacional. No caso dos indígenas, os mesmos já circulavam nas narrativas devido às obras do Romantismo que os traziam retratados, mesmo que de forma estereotipada.

Já no que se refere aos negros, era muito mais complexo fazê-los circular nas narrativas nacionais, já que estes até pouco tempo encontravam-se na condição de escravizados. Nesse momento surgia o grande questionamento de “como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisa e força animal de trabalho ainda não mudou?” (MUNANGA, 2005, p. 132).

Outro ponto interessante a se levantar é que mesmo com a desconstrução da escravidão, as diferenças entre brancos e negros continuaram a fazer parte do imaginário social. A elite branca precisava de novas formas para impor o seu lugar de domínio, já que a relação senhor/escravizado não existia mais. Para isso, encontraram respaldo no trabalho dos intelectuais.

Nesse momento, havia impregnado na mentalidade mundial que os países europeus eram superiores aos demais. As justificativas para esse fenômeno se davam por meio de obras que garantia que os fatores que tornavam a Europa mais evoluída que o restante do mundo eram

o meio que era constituído por clima e relevo favorável e o fato de possuírem uma “raça” considerada superior. A obra do inglês Buckle é um exemplo disso, pois a mesma culpava o atraso brasileiro devido à presença dos ventos alísios (meio).

Conforme Renato Ortiz (2006, p. 15-21), os intelectuais desse momento passaram a tentar reverter essa situação. Pensando que o meio é impossível de ser modificado, eles viam na questão racial uma forma de reverter o atraso. Estudos como de Euclides da Cunha tiveram influência direta desses fatores. Apesar de tentarem dar menor ênfase ao meio, é evidente a presença desse item na obra dos mesmos.

Euclides da Cunha nasceu em 1866, no Rio de Janeiro. Era escritor e jornalista brasileiro. Entrou no colégio militar e lá formou-se. Em 1886 mudou-se para São Paulo para trabalhar como jornalista, pelo qual foi convocado a cobrir o conflito de Canudos e em 1902 publicou sua grande obra “Os sertões”. Nela, é feito um retrato detalhado desse conflito no século XIX.

Nessa obra é clara a influência dos fatores considerados como definidores da superioridade europeia. O livro é dividido em três partes: a primeira parte é denominada “A terra”. Nessa parte é feita uma descrição detalhada do clima e relevo dos Sertões. A segunda parte, “O homem”, é destinada a uma discussão antropológica sobre os habitantes dos sertões, sua formação, comportamento, crenças e costumes e somente na última parte, chamada “A luta” é que há uma descrição detalhada do conflito em si.

Na segunda parte é perceptível a visão de Euclides sobre o homem dos sertões. É evidente que como os demais intelectuais da época, ele supervaloriza a figura do homem branco e vê a figura do mestiço como culpada pelo atraso. Isso é perceptível no seguinte trecho: “Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos (CUNHA, 1984, p. 31)”.

Nesse período, outros intelectuais como Nina Rodrigues e Oliveira Viana voltavam seus estudos para a mesma perspectiva, dando maior ênfase à questão racial como responsável pelo “atraso” brasileiro, o que acabou justificando a chamada política do branqueamento que consistia em trazer imigrantes brancos para o Brasil, desse forma, com o passar do tempo o fenótipo negro seria eliminado da sociedade. Nessa época, havia um preconceito evidente.

3.2. A primeira geração e as contribuições de Gilberto Freyre

Ao longo da década de 1930, o Brasil passava por grandes mudanças políticas. Getúlio Vargas havia assumido o poder e trazido com ele a ideia de construir uma nova forma de ver a História do Brasil. É nesse contexto que surgiu a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre em 1933.

Freyre nasceu em 1900. Era Pernambucano e surgiu numa época conhecida como o “messianismo da pedagogia”. Fazia parte de uma família abastada da região. Cresceu tendo acesso às escolas. Com 15 anos já sabia falar latim e inglês e lecionava ambas as linguagens. Em 1920 estudou Ciências Sociais e Artes nos Estados Unidos e posteriormente acabou lecionando por lá (LIMA, 2010).

Esse autor inova ao tratar pela primeira vez do cotidiano da casa grande e senzala e as relações existentes nelas, pautando-se dessa forma pelo viés do que podemos chamar de uma História Cultural. Ele trouxe contribuições fantásticas para a forma como ver a História brasileira, indo além das questões biológicas e econômicas e considerando as três raças: negros, indígenas e brancos como formadoras da sociedade.

O grande problema de sua obra é que a mesma passa a impressão de que havia uma relação cordial entre os escravizados e os brancos donos dos mesmos e afirma que a escravidão no Brasil foi menos dura que em outras localidades, dessa forma fazendo com que se crie a chamada democracia racial. Leclerc (2004, p. 33-34), discute que é praticamente impossível entender até que ponto o intelectual cria a ou esse é criado por ela. Esse é o caso dessa obra de Freyre, já que ao mesmo tempo é ela que traz pela primeira vez a ideia de democracia racial, a mesma de certa forma já se encontrava propagada na mentalidade da população em geral.

Essa obra ganhou uma repercussão enorme tanto no cenário nacional como no mundial. Graças a ela, Freyre ganhou inúmeros prêmios e prestígio, sendo convidado a fazer falas em eventos internacionais. O problema é que as falas desse autor acabaram propagando o mito da existência de uma democracia racial para o mundo todo. Os demais países viam o Brasil como um exemplo de um país sem preconceito racial e que deveria ser seguido

Essa ideia conseguiu ser divulgada de forma com que a mesma ganhou a opinião de grande parcela da população, o que foi péssimo para as pessoas negras, já que isso acabou sendo decisivo para que se criasse um preconceito velado e um racismo mais difícil de ser eliminado.

Esse autor se encaixa como sendo um intelectual engajado, já que ocupou o cargo de deputado federal e pautou sua luta na causa contra o racismo, sendo até preso por esse motivo. Além disso, foi convidado a fazer inúmeras palestra sobre suas ideias, o que acabou fazendo com que as mesmas fossem divulgadas. Segundo Siqueira, um dos fatores que contribuiu para a propagação dessa obra foi o fim da Segunda Guerra Mundial, que havia deixado os sentimentos aflorados e a busca por igualdade racial como uma das principais pautas mundiais. Isso é evidente no trecho citado por Lima

Pensamento-ação: assim se pode resumir o trabalho daquele que a partir de Casa-grande & senzala – sua obra germinal – deu início por assim dizer a uma vocação de “reeducador” do Brasil. Tanto em seus livros e conferências quanto com seus discursos e suas aulas. A sua metodologia e suas intervenções culturais fazem as vezes de manifestos, cartilhas, didáticas (2010, p. 12).

Apesar de se posicionar como um ferrenho opositor ao racismo, é perceptível com a leitura da sua obra a valorização do elemento branco como sendo o principal elemento para a formação da cultura brasileira. “Ele é o elemento dominante nos aspectos da cultura material e simbólica. É ele o motor e idealizador de todo o processo e é dele a supremacia militar” (SOUZA, 2000, p.76).

Gilberto Freyre acabou sendo influência para demais intelectuais brasileiros que comungavam das mesmas ideias e acabaram ajudando a disseminar a ideia de que o Brasil era um país sem preconceito racial.

3.3. A segunda geração: Florestan Fernandes

No que se refere as representações dos negros, cabe destacar um grupo do departamento de ciências sociais que recebia patrocínio da UNESCO. Esse grupo fez seus estudos ao longo das décadas de 1950 e 1960 que questionava as ideias apresentadas anteriormente por Gilberto Freyre referente a existência de uma democracia racial no Brasil e que serviria de exemplo para as demais nações.

Dentre os componentes desse grupo estava Florestan Fernandes. Ele nasceu em 1920 e diferente dos intelectuais analisados anteriormente, vinha de uma família pobre, tendo que trabalhar desde cedo. A desigualdade social foi tema recorrente em suas pesquisas. Estudou sociologia na USP e passou a lecionar nessa mesma universidade. Assim como citado por Pécaut (1990), essa geração preocupava-se com questões relativas aos interesses dos mais pobres.

Podemos vê-lo como intelectual engajado, pois o mesmo era colunista de jornal, no qual podia manter contato com a população. Além disso, participou ativamente das lutas pelas Diretas Já e nos debates para a formulação da Constituição de 1988. Ainda, o mesmo foi eleito deputado federal pelo partido dos trabalhadores (PT) em 1986 e reeleito em 1990.

Fernandes voltou grande parte dos seus estudos a entender a situação social dos negros, sendo a principal de suas obras “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado em 1964 e apontado como o livro que foi o grande marco na desconstrução da ideia de democracia racial (NASCIMENTO, 2005, p. 16-18). Esse comungava de uma tradição marxistas, por essa razão, seus estudos analisavam a situação dos negros através das classes sociais.

Para ele, os negros teriam uma grande desvantagem na sociedade de classe para se estabelecer. Desde que havia sido abolida a escravidão, estes em nenhum momento tiveram auxílio de qualquer entidade para que de fato conseguissem se estabelecer com igualdade aos brancos e para eles os negros só conseguiriam reverter a situação aliando fatores raciais com a classe social e que somente com a mescla desses dois itens é que o preconceito poderia ser superado. Para ele os negros precisavam ser educados para o trabalho livre, dessa forma

[...] o “negro” repudia sua herança cultural rústica e o ônus que ela envolvia. Vence hábitos, avaliações e comportamentos pré-capitalistas ou anticapitalistas. E descobre um posição que o nivela, material e socialmente, ao “branco” a que é oferecida por sua ocupação. [...] Ao mesmo tempo, a conquista de uma situação de classe real insere o “negro” nas reivindicações de classe e nas pugnas ideológicas que dividem a sociedade. (FERNANDES, 1978, p. 154 - 155)

É importante ressaltar que Florestan e o grupo que possuíam as mesmas ideias que ele, contribuíram de forma gigantesca para tentar superar a ideia de uma escravidão amena no Brasil e da democracia racial. Porém, não pode ser deixado de lado algumas limitações de sua obra, pois ao fazer uso da ideia de que os negros só teriam oportunidades de superar o preconceito racial por meio da integração no mundo capitalista, acaba transmitindo a ideia de que essas

peças encontram-se à margem do sistema por sua incapacidade de inserir-se à nova realidade e a esses deveria ser dado respaldo. Essa ideia acabou figurando nos discursos de muitas pessoas, alegando menor capacidade dos indivíduos negros.

3.4- Uma terceira geração? Novos estudos a partir de 1980 e o silenciamento dos intelectuais

A divisão estabelecida por Pécaut (1990) e que serviu como base para esse artigo se delimita às duas gerações listadas acima. Porém, é impossível desconsiderar a grande quantidade de publicações voltadas ao estudo dos negros tentando desconstruir as ideias e metodologia utilizada pela segunda geração que pensou os negros em território nacional posteriormente aos anos de 1960.

A década de 1980 foi fundamental para a história brasileira, pois foi nela que o Brasil foi redemocratizado novamente. Além disso, surgia uma nova forma de ver a História, superando o viés marxista e analisando por outros aspectos além da classe social. O ano de 1988 marcou o centenário da abolição da escravidão, o que fez com que crescesse o interesse por essa temática.

Os intelectuais que dedicaram-se a esses estudos perceberam que a desigualdade racial é uma forma encontrada pelos brancos de manterem seus privilégios e que vai se moldando com o tempo conforme os interesses dos mesmos. Esses estudos acabaram mudando de perspectiva e deixaram de verem os negros como seres submissos e que precisavam de ajuda para reverter sua situação e passaram a vê-los como pessoas autônomas, com interesses próprios e que no decorrer da história lutaram por seus direitos e melhores condições de vida.

Como precursor dessa forma de estudo pode-se citar o historiador Sidney Chalhoub, através de sua tese de doutorado intitulada “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte”, publicada no ano de 1990 como livro. Primeiramente, ele é inovador por retratar a escravidão na cidade do Rio de Janeiro e não no campo como na maioria dos trabalhos. Além disso, eles trazem os escravizados como capazes de elaborarem estratégias para tentarem livrarem-se do estado em que se encontravam.

Apesar dos estudos a partir dessa época partirem desse mesmo viés, é observável que os mesmos não acabaram fazendo parte do imaginário social como aconteceu com as demais gerações, mesmo nesse momento existirem mais pesquisas sobre o assunto.

Um das hipóteses para isso seria a falta de engajamento dos intelectuais para com a sociedade. Após o fim da Ditadura Militar, esses indivíduos acabaram deixando de lado a militância e acabaram voltando-se somente ao mundo acadêmico, não se preocupando se o conhecimento produzido por eles estava chegando a sociedade em geral. Isso fez com que suas produções acabassem circulando somente entre os pares.

Considerações Finais:

Através dos intelectuais abordados acima é possível perceber a grande importância que os mesmos tiveram para pensar a identidade nacional no decorrer da República e as perspectivas diferentes que cada geração adotou e como cada uma foi desmistificando ideias trazidas pela anterior.

Durante os relatos específicos à questão dos negros, é evidente que algumas ideias se consolidaram no imaginário das pessoas de forma difícil de ser revertida. É o caso da democracia racial presente na obra de Gilberto Freyre e da ideia de menor capacidade de indivíduos negros no que diz respeito as obras da geração de Florestan Fernandes, pautadas por um viés marxista.

Apesar de existirem obras posteriores que superem os fatores citados acima, os mesmos não conseguiram adentrar a forma de ver os negros no Brasil. Uma das hipóteses para esse fenômeno é que após a redemocratização e superação dos momentos de crise, os intelectuais acabaram se silenciando e deixando de se posicionar com relação a assuntos relacionados a sociedade.

Os mesmos deixaram a militância política e o engajamento e acabaram trancando-se nas universidades. Recentemente, as falas desses indivíduos ganham pouca afeição por parte da população, já que esses acabaram se isolando e limitando seus estudos a seus pares.

Seria importante que os intelectuais voltassem a ter contato direto com a sociedade, que suas indagações surgissem dela e após delimitarem respostas às dúvidas da população, de

alguma forma a devolvesse ao senso comum. Isso seria possível se os intelectuais voltassem a se engajar com as necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. **A Construção Social da Cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo, SP: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>. Acesso em 15/08/2018.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.

LIMA, Mário Hélio Gomes de. **Gilberto Freyre**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: Uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 131-140.

NASCIMENTO, A. P. do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – o pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 11-26.

ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 13-35.

_____. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 36-44.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **O intelectual no campo cultural francês**: do Caso Dreyfus aos tempos atuais. *Varia Historia* Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 395- 413, jul. 2005.

_____. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papyrus, 2002.

SIQUEIRA, J. J. A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a Questão do Negro no Brasil. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 107-129.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.